



MédioTejo
comunidade intermunicipal

**ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE ELETREICIDAD
E EM REGIME DE MERCADO LIVRE**

Concurso Público

CPCC/07/2025

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



Índice

SECÇÃO I — DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Artigo 1.º — Objeto do Concurso.....	3
Artigo 2.º — Entidade Pública Contratante.....	4
Artigo 3.º — Órgão que tomou a decisão de contratar.....	4
Artigo 4.º — Concorrentes.....	4
Artigo 5.º — Agrupamentos.....	5
Artigo 6.º — Idoneidade dos Concorrentes.....	5
Artigo 7.º — Concorrência.....	6
Artigo 8.º — Consulta do Procedimento e Condições de Participação.....	6
Artigo 9.º — Esclarecimentos, Retificações e Alterações às Peças do Procedimento.....	6
SECÇÃO II — PROPOSTAS.....	7
Artigo 10.º — Modo de Apresentação das Propostas.....	7
Artigo 11.º — Assinatura eletrónica.....	7
Artigo 12.º — Documentos que constituem a Proposta.....	8
Artigo 13.º — Proposta de Preço.....	8
Artigo 14.º — Prazo para Apresentação das Propostas.....	8
Artigo 15.º — Idioma dos documentos da Proposta.....	9
Artigo 16.º — Validade das Propostas.....	9
Artigo 17.º — Propostas Variantes.....	9
Artigo 18.º — Encargos Associados.....	10
SECÇÃO III — ADMISSÃO DOS CONCORRENTES E DAS PROPOSTAS.....	10
Artigo 19.º — Análise das Propostas e Admissão de Concorrentes.....	10
Artigo 20.º — Esclarecimentos sobre as Propostas.....	10
SECÇÃO IV — SELEÇÃO DOS CONCORRENTES.....	11
Artigo 21.º — Critérios de Adjudicação.....	11
Artigo 22.º — Constituição e Avaliação do Preço da Eletricidade.....	11
Artigo 23.º — Obrigatoriedade de Apresentação de Preços para Todos os Escalões.....	12
Artigo 24.º — Escalões de Potência Contratada e Tarifários Horários na Eletricidade.....	12
Artigo 25.º — Negociação.....	12
Artigo 26.º — Documentos de Habilitação.....	12
SECÇÃO V — ACORDO-QUADRO.....	14
Artigo 27.º — Minuta do Acordo-Quadro.....	14
Artigo 28.º — Reclamações sobre a Minuta.....	14
Artigo 29.º — Celebração do Acordo-Quadro.....	14
Artigo 30.º — Não de Outorga do Contrato.....	14
SECÇÃO VI — CAUÇÃO.....	15
Artigo 31.º — Caução para Garantia do Cumprimento de Obrigações.....	15

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente concurso público visa a celebração de um acordo-quadro nos termos previstos nos artigos 251.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP). Nesta fase, não está prevista qualquer aquisição direta de bens ou serviços.

Pretende estabelecer as condições contratuais aplicáveis aos contratos de fornecimento de Eletricidade em regime de mercado liberalizado, a celebrar posteriormente entre as entidades adquirentes e as entidades fornecedoras, no âmbito e nos termos previamente definidos no presente acordo-quadro.

Por se tratar de uma fase preparatória, não são disponibilizados os dados relativos aos consumos energéticos previsíveis nem ou à localização das instalações das entidades envolvidas. Esses elementos serão facultados posteriormente, na fase de consulta e celebração dos contratos de aquisição específicos ao abrigo do acordo-quadro.

Os preços a apresentar no âmbito do presente acordo-quadro constituem os valores máximos a praticar durante o período de vigência do acordo-quadro, correspondem aos valores máximos a praticar durante o respetivo período de vigência, devendo considerar-se, para o efeito, as atualizações trimestrais previstas.

Com base no perfil de consumo de cada entidade adquirente, a apresentar no convite a ser lançado ao abrigo do presente acordo-quadro, as entidades fornecedoras deverão ajustar os preços propostos, que deverão ser sempre iguais ou inferiores às constantes do acordo-quadro, considerando as atualizações aplicáveis. Os preços assim ajustados serão válidos apenas para a resposta ao convite em causa, não vinculando a entidade fornecedora relativamente a eventuais convites subsequentes.

SECÇÃO I — DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º — Objeto do Concurso

1 O presente procedimento é conduzido sob a forma de concurso público, nos termos dos artigos 130.º a 154.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual. Este procedimento tem como finalidade a celebração de um acordo-quadro para o fornecimento de Eletricidade em regime de mercado livre, não dando origem a contrato com valor determinado, conforme previsto no n.º 9 do artigo 17.º do CCP.

2 O procedimento tem por objeto a seleção de cocontratantes no âmbito de um acordo-quadro que visa a aquisição do serviço de fornecimento de Eletricidade em regime de mercado livre, de acordo com as especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos, enquadrando-se na modalidade prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 252.º do CCP.

3 As entidades adjudicantes abrangidas pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (doravante designada por CIMT) encontram-se identificadas no **Anexo IV** do Programa de Concurso.

4 Poderão igualmente beneficiar do presente acordo-quadro outras entidades sujeitas ao regime do CCP, nomeadamente empresas municipais, instituições particulares de solidariedade social, corporações de bombeiros e freguesias localizadas nos municípios que integram a CIMT, desde que manifestem formalmente a intenção de adesão. Essa adesão pressupõe a aceitação dos princípios da Central de Compras, bem como do respetivo Regulamento e normas de execução aprovadas pelo Conselho Intermunicipal.

5 Nos termos do artigo 46.º-A do CCP, o acordo-quadro, referido no nº2 compreende os seguintes lotes:

- a) Lote 1 – Iluminação Pública (BTN-IP)
- b) Lote 2 – Baixa Tensão Normal (BTN)
- c) Lote 3 – Baixa Tensão Especial (BTE)
- d) Lote 4 – Média Tensão (MT)

6 Os cocontratantes deverão prever, em cada um dos lotes, a possibilidade de fornecimento exclusivo de energia de origem 100% renovável, com emissão do respetivo certificado de Garantia de Origem, nos termos da Diretiva 2009/28/CE, de 23 de abril.

7 Para efeitos do número anterior, consideram-se fontes renováveis a energia proveniente de origem hídrica, eólica, geotérmica, cogeração renovável ou outras que assegurem a emissão de certificação nos termos exigidos.

8 O acordo-quadro que resultar do presente procedimento estabelecerá o enquadramento contratual aplicável às futuras relações entre a CIMT, enquanto entidade gestora da Central de Compras, os cocontratantes e as entidades adquirentes.

Artigo 2.º – Entidade Pública Contratante

A entidade pública responsável pela condução do presente procedimento é a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) Convento de São Francisco, Av.ª General Bernardo Faria, 2300-535 Tomar, podendo ser contactada através do número +351249730060 ou pelo endereço eletrónico geral@cimt.pt

Artigo 3.º – Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi aprovada pelo Secretariado Executivo Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do CCP.

Artigo 4.º – Concorrentes

Podem apresentar proposta no âmbito do presente concurso todas as pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações de exclusão previstas no artigo 55.º do CCP e que cumpram

os requisitos de capacidade técnica estabelecidos no Programa de Concurso e no Caderno de Encargos. Para o efeito, os proponentes deverão estar devidamente licenciados como comercializadores de Eletricidade, constando da lista publicada pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG).

Artigo 5.º – Agrupamentos

1 São admitidos a concurso agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, ainda que entre si não exista vínculo jurídico prévio, desde que:

- a) Os membros do agrupamento cumpram os requisitos estabelecidos no artigo anterior;
- b) Os membros do agrupamento declarem que, em caso de adjudicação, e antes da celebração do contrato, se constituirão sob a forma de consórcio externo, nos termos definidos nos números seguintes, devendo assumir esse compromisso através do preenchimento da declaração que constitui o **Anexo V** do presente Programa de Concurso.

2 A constituição jurídica do agrupamento não é exigida no momento da apresentação da proposta. Todavia, os seus membros respondem solidariamente, perante a entidade adjudicante, pelo integral e pontual cumprimento das obrigações decorrentes da proposta apresentada.

3 Cada entidade pode integrar apenas um agrupamento, não sendo admissível que participe simultaneamente, a título individual e coletivo, no âmbito do presente procedimento.

4 Sempre que duas ou mais entidades concorrentes tenham como sócios, acionistas, gerentes ou administradores as mesmas pessoas, considera-se, nos termos da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, alterada pela Lei n.º 23/2018, de 5 de junho que entre elas não pode existir concorrência. Nestes casos, deverão obrigatoriamente apresentar proposta conjunta enquanto agrupamento, sob pena de exclusão de todas as entidades envolvidas.

5 No caso de propostas apresentadas por agrupamento, a declaração referida na alínea b) do n.º 1 deve ser:

- a) Assinada pelo representante comum do agrupamento, devendo ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros, conforme **Anexo VI** do presente Programa de Concurso; ou
- b) Na ausência de representante comum, assinada por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes legais.

Artigo 6.º – Idoneidade dos Concorrentes

1 Os concorrentes, bem como, no caso de agrupamentos, cada uma das entidades que os integram, devem apresentar o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), nos termos definidos pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, sem prejuízo do disposto no artigo 12.º do presente Programa de Concurso.

2 A verificação de qualquer uma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, relativamente a um concorrente individual, a um agrupamento ou a qualquer dos seus membros, determina a exclusão imediata da entidade em causa ou do agrupamento, consoante aplicável, ainda que a referida situação não se verifique em relação aos demais membros do agrupamento.

Artigo 7.º – Concorrência

São excluídas todas as propostas cuja elaboração resulte de práticas suscetíveis de distorcer a concorrência, designadamente conluíus, entendimentos prévios ou qualquer outra forma de atuação concertada. Tais situações serão reportadas à Autoridade da Concorrência, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 70.º do CCP, sem prejuízo da aplicação de todas as demais consequências legais que ao caso couberem.

Artigo 8.º – Consulta do Procedimento e Condições de Participação

1 O acesso ao Programa de Concurso, ao Caderno de Encargos e aos demais documentos do procedimento é feito através da plataforma eletrónica de contratação pública (adiante designada por *plataforma eletrónica*) utilizada pela CIMT, acessível em: <https://www.acingov.pt>.

2 O acesso ao procedimento e às respetivas peças é gratuito, permitindo a consulta de todos os atos que, nos termos legais, devam ser publicitados, bem como a submissão de propostas através da plataforma eletrónica.

Artigo 9.º – Esclarecimentos, Retificações e Alterações às Peças do Procedimento

1 A prestação dos esclarecimentos necessários à correta compreensão e interpretação das peças do procedimento é da competência do júri do procedimento, designado nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP e devidamente habilitado nos termos do n.º 5 do mesmo artigo.

2 Os interessados poderão apresentar, através da plataforma eletrónica utilizada no procedimento, até ao primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, pedidos de esclarecimento, bem como lista, dos erros e omissões detetados nas peças do procedimento.

3 Os esclarecimentos solicitados nos termos dos números anteriores serão prestados pelo júri do procedimento e disponibilizados na plataforma eletrónica, juntamente com as demais peças patentes para consulta, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.

4 A apreciação da lista de erros e omissões identificados pelos interessados compete ao órgão competente para a decisão de contratar, considerando-se rejeitadas todas as omissões e erros que não sejam expressamente aceites até ao final do segundo terço do prazo referido.

5 Os esclarecimentos, retificações e alterações às peças do procedimento integram o conteúdo das mesmas e prevalecem sobre estas em caso de divergência ou contradição.

6 Sempre que os esclarecimentos ou retificações forem disponibilizados fora dos prazos previstos nos n.os 3 e 4 do presente artigo, o prazo fixado para apresentação de propostas deve ser prorrogado, pelo menos, por período equivalente ao atraso verificado.

7 Cabe ao órgão competente tomar a decisão de prorrogação do prazo, devendo a mesma ser anexada às peças do procedimento, notificada a todos os interessados que as tenham adquirido e imediatamente publicitada através de aviso próprio.

SECÇÃO II — PROPOSTAS

Artigo 10.º — Modo de Apresentação das Propostas

1 A participação no presente concurso depende do registo prévio do concorrente na plataforma eletrónica adotada. A apresentação das propostas rege-se pelo disposto no artigo 62.º do CCP.

2 Os documentos que integram a proposta, nos termos do artigo 12.º do Programa de Concurso, devem ser submetidos através da plataforma eletrónica, devidamente assinados eletronicamente com recurso a certificados de assinatura eletrónica qualificada.

3 A autenticação dos documentos que integram a proposta deve ser efetuada através de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4. A assinatura digital de pastas compactadas (zipadas) não se considera válida para efeitos de assinatura dos documentos nelas contidos, não dispensando, por conseguinte, o cumprimento da exigência referida no número anterior.

5 A proposta e os respetivos documentos devem ser submetidos em formato PDF.

6 A receção das propostas submetidas na plataforma eletrónica será automaticamente registada, com indicação da respetiva data e hora, sendo emitido e disponibilizado ao concorrente um recibo eletrónico comprovativo da receção.

7 Nos casos em que, pela sua natureza, algum dos documentos integrantes da proposta não possa ser submetido eletronicamente nos termos do n.º 2, o mesmo deverá ser encerrado em invólucro opaco e fechado, com indicação, no rosto, da designação do procedimento e da entidade adjudicante. Esse invólucro deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado com aviso de receção à entidade adjudicante, devendo, em qualquer dos casos, a receção ocorrer dentro do prazo fixado para apresentação das propostas. A receção será registada com referência à respetiva data e hora.

Artigo 11.º — Assinatura eletrónica

1 Todos os documentos submetidos devem ser assinados digitalmente, com recurso a certificado de assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou do seu representante legal.

Acordo Quadro Para Fornecimento de Eletricidade em Regime de Mercado Livre
CPCC/07/2025

2 O certificado é emitido por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (ANS), cuja lista se encontra disponível em www.gns.gov.pt.

3 Nos casos em que o certificado digital utilizado na assinatura eletrónica não permita identificar, de forma inequívoca, a função e o poder de representação do assinante, deverá a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento oficial comprovativo do referido poder de representação. Para esse efeito, poderá ser apresentado, designadamente, certidão do registo comercial (ou o respetivo código de acesso), ou procuração que comprove os poderes de assinatura da pessoa interveniente. nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 12.º — Documentos que constituem a Proposta

1 A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), conforme Regulamento de Execução (UE) 2016/7.
- b) **Anexo I** do presente Programa de Concurso;
- c) Proposta de preços unitários, com indicação até à quarta casa decimal, uniforme para todas as entidades adquirentes, a praticar no âmbito do acordo-quadro relativamente ao(s) lote(s) a que se candidata. Para o efeito, deve ser utilizado os critérios do artigo 22º do presente documento;
- d) **Anexo III**, assinalando o(s) lote(s) a que se candidata(m);
- e) Documento comprovativo do poder de representação do signatário, de acordo com o n.º 3 do artigo 11º do Programa de Concurso;
- f) Cópia da Certidão do Registo Comercial da sociedade ou código de acesso à Certidão Permanente, nos termos do artigo 14.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de dezembro, no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva, com todas as inscrições em vigor, para efeitos de identificação dos titulares dos órgãos de administração, direção ou gerência em efetividade de funções, ou, em alternativa, documento equivalente que comprove os mesmos elementos.

2 No caso de propostas apresentadas por agrupamentos, deverá ser submetido um DEUCP por cada entidade participante.

Artigo 13.º — Proposta de Preço

1 As propostas devem incluir todos os elementos previstos no caderno de encargos.

Artigo 14.º — Prazo para Apresentação das Propostas

1 As propostas e os respetivos documentos devem ser submetidos na plataforma eletrónica, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do envio do anúncio relativo ao presente procedimento para publicação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).

2 As propostas e os documentos que as integram consideram-se formalmente apresentados no momento da sua submissão na plataforma eletrónica.

3 Nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, considera-se que a proposta é submetida no momento em que se inicia o processo de assinatura eletrónica qualificada da mesma.

4 Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção da proposta e para a realização da assinatura eletrónica qualificada, tendo em conta o tipo de acesso à internet de que dispõem. Apenas serão admitidas as propostas que se encontrem integralmente submetidas e assinadas eletronicamente até ao termo do prazo fixado no n.º 1 do presente artigo.

5 Até ao termo do prazo estabelecido para a apresentação das propostas, os concorrentes poderão alterar ou retirar livremente as propostas já apresentadas, devendo, para o efeito, seguir as instruções constantes dos manuais disponíveis na área de ajuda da plataforma eletrónica, bem como o disposto no presente Programa de Concurso.

Artigo 15.º — Idioma dos documentos da Proposta

1 Os documentos da proposta devem ser obrigatoriamente redigidos em português.

2 Caso os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução não legalizada, com declaração do concorrente nos termos da qual este declara que aceita prevalência da tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais

3 Exclui-se do disposto nos números anteriores a utilização de estrangeirismos incorporados na língua portuguesa, bem como a inclusão pontual de expressões técnicas em língua inglesa, desde que, atendendo à natureza e especificidade técnica das prestações contratualizadas, essas expressões sejam correntes no mercado nacional e perfeitamente compreensíveis para o júri do procedimento.

Artigo 16.º — Validade das Propostas

Os proponentes devem manter as suas propostas válidas durante um período mínimo de 66 (sessenta e seis) dias, contados a partir da data-limite para apresentação. Este prazo será automaticamente renovado por igual período, salvo manifestação expressa em sentido contrário por parte dos concorrentes, dentro do prazo inicialmente previsto.

Artigo 17.º — Propostas Variantes

1 Não é admitida a apresentação de variantes à proposta base.

2 Consideram-se variantes todas as propostas que apresentem condições contratuais alternativas às previstas nos documentos do procedimento.

Artigo 18.º — Encargos Associados

Todos os custos inerentes à elaboração e apresentação da proposta, incluindo impostos, taxas, estudos e outros encargos, são da exclusiva responsabilidade dos concorrentes.

SECÇÃO III — ADMISSÃO DOS CONCORRENTES E DAS PROPOSTAS

Artigo 19.º — Análise das Propostas e Admissão de Concorrentes

1 As propostas serão analisadas em todos os seus atributos, com base nos fatores e subfatores que concretizam o critério de adjudicação, bem como nos termos e condições estabelecidos, nos termos do n.º 1 do artigo 70.º do CCP.

2 Serão excluídas as propostas que se enquadrem em qualquer das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.

3 Serão igualmente excluídas as propostas que incluam condições impostas pelos concorrentes que se afastem das previstas nas peças do procedimento, nomeadamente aquelas que imponham restrições quanto a quantidades mínimas, serviços mínimos, ou prazos de pagamento distintos dos legalmente previstos.

4 Serão excluídos todos os concorrentes que não apresentem proposta de preço para a totalidade dos serviços incluídos no(s) lote(s) a que concorrem.

Artigo 20.º — Esclarecimentos sobre as Propostas

1 O júri pode solicitar aos concorrentes esclarecimentos ou informações adicionais sobre as propostas apresentadas, sempre que os considere necessários para efeitos da sua análise e avaliação.

2 O júri deverá solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais não essenciais constantes das propostas apresentadas, incluindo a entrega de documentos destinados apenas a comprovar factos ou qualidades existentes à data da apresentação das propostas, desde que tal suprimento não afete a concorrência nem a igualdade de tratamento entre os concorrentes.

3 Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes integram as respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos apresentados, não alterem ou completem os atributos da proposta, nem se destinem a suprir omissões que determinem a sua exclusão, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

4 Os pedidos efetuados pelo júri, nos termos dos n.ºs 1 e 3, os esclarecimentos prestados nos termos do n.º 2, bem como as respetivas respostas, serão disponibilizados na plataforma eletrónica e os concorrentes serão notificados desse facto através da mesma plataforma.

SECÇÃO IV — SELEÇÃO DOS CONCORRENTES**Artigo 21.º — Critérios de Adjudicação**

- 1 O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de menor preço, por lote (identificados no artigo 1º).
- 2 Para efeitos de avaliação, o preço de cada proposta será determinado de acordo com o artigo 22º do presente programa, para cada lote.
- 3 Para efeitos de desempate, será realizado um sorteio presencial, com a participação das entidades concorrentes em situação de igualdade.

Artigo 22.º — Constituição e Avaliação do Preço da Eletricidade

1 Constituição do Preço da Eletricidade:

- **Componente variável (Energia ativa):** valor unitário em €/kWh, com tarifas de acesso à rede incluídas, bem como todos os conceitos que constituem o termo, como o mFRR ou os Custos Gerais do Sistema publicados pela REN.
- **Componente fixa (Potência contratada):** valor unitário em €/kW/dia, com tarifas de acesso à rede incluídas, aplicado à potência contratada efetiva (em kW) e ao número de dias do período de fornecimento.

2 Avaliação das Propostas:

$$\text{Custo Total Eletricidade} = (\text{Preço Energia} \times \text{Consumo Efetivo}) + (\text{Preço Potência} \times \text{Potência Contratada} \times \text{Dias do Período})$$

O Cálculo será realizado para BTN (iluminação pública), BTN, BTE e MT.

Com o objetivo de suportar os concorrentes na definição das suas propostas, indicam-se os valores estimados de consumo anual e o número de CPEs para cada lote:

- **Baixa Tensão Normal (BTN):** 596 CPE | 5.466 kWh
- **Baixa Tensão Norma Iluminação Pública (BTN-IP):** 2.000 CPE | 21.862 kWh
- **Baixa Tensão Especial (BTE):** 144 CPE | 7.878 kWh
- **Média Tensão (MT):** 42 CPE | 9.281 kWh

Rácios entre CPEs e Consumo Total:

- BTN: 21,4% dos CPEs | 12,3% da energia
- BTN-IP: 71,9% dos CPEs | 49,1% da energia
- BTE: 5,2% dos CPEs | 17,7% da energia
- MT: 1,50% dos CPEs | 20,9% da energia

Acordo Quadro Para Fornecimento de Eletricidade em Regime de Mercado Livre
CPCC/07/2025

3 As instalações fornecidas em BTN e com potência contratada até 10,35 kVA poderão optar pela tarifa equiparada à transitória (se for de valor inferior ao proposto) ou, na eventualidade do comercializador não apresentar tal oferta, serem abastecidas no mercado regulado pelo Comercializador de Último Recurso (CUR).

Artigo 23.º — Obrigatoriedade de Apresentação de Preços para Todos os Escalões

1 Cada concorrente deverá apresentar obrigatoriamente:

- Os preços de energia ativa (€/kWh), agregando todos os componentes, regulados, determinados pela REN; e
- Os preços de potência contratada (€/kW/dia) para todos os escalões de potência contratada e níveis de tensão (BTN, BTE e MT).

2 A falta de apresentação de preços para qualquer escalão poderá determinar a exclusão da proposta.

Artigo 24.º — Escalões de Potência Contratada e Tarifários Horários na Eletricidade

1 Escalões de Potência Contratada:

- **Baixa Tensão Normal (BTN):** 1,15 kVA, 2,30 kVA, 3,45 kVA, 4,60 kVA, 5,75 kVA, 6,90 kVA, 10,35 kVA, 13,80 kVA, 17,25 kVA, 20,70 kVA, 27,60 kVA, 34,50 kVA, 41,40 kVA.
- **Baixa Tensão Especial (BTE):** Potências superiores a 41,4 kVA.
- **Média Tensão (MT):** Potências superiores a 100 kVA.

2 Tarifários Horários:

- Tarifa Simples
- Tarifa Bi-Horária
- Tarifa Tri-Horária

Artigo 25.º — Negociação

Não há realização de negociação no decurso da fase de seleção dos concorrentes.

Artigo 26.º — Documentos de Habilitação

1 Cada concorrente adjudicatário deve, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, submeter na plataforma eletrónica os documentos exigidos nos termos do artigo 81.º do CCP, nomeadamente:

- a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do **Anexo II** do presente Programa de Concurso;

Acordo Quadro Para Fornecimento de Eletricidade em Regime de Mercado Livre

CPCC/07/2025

- b) Documentos comprovativos de que o adjudicatário não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas a), b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- c) Licença válida para a atividade de comercialização de Eletricidade no território de Portugal Continental;
- d) Documento comprovativo do registo no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou, em alternativa, o respetivo código de acesso;
- e) Identificação pessoal da(s) pessoa(s) que intervirão na assinatura do contrato;
- f) Indicação do interlocutor designado para a execução do contrato, incluindo endereço de correio eletrónico e número de telefone.

2 Caso o concorrente se encontre devidamente registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, fica dispensado da entrega dos documentos referidos na alínea b) do número anterior, desde que os mesmos se encontrem atualizados e disponíveis na referida plataforma.

3 Caso os documentos referidos no número anterior se encontrem disponíveis em sítios oficiais na Internet, os adjudicatários podem, em alternativa à apresentação da sua reprodução, indicar o endereço eletrónico onde os mesmos podem ser consultados, bem como a informação necessária à respetiva pesquisa, desde que os documentos estejam redigidos em língua portuguesa.

4 Sempre que o adjudicatário seja um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos referidos no n.º 1 devem ser apresentados por todos os seus membros.

5 Caso o adjudicatário se encontre impossibilitado, por facto que não lhe seja imputável, de cumprir integralmente as obrigações de habilitação no prazo fixado, deverá invocar e justificar o impedimento de forma imediata e, logo que cessado o motivo, proceder à regularização da sua situação.

6 Para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 132.º do CCP, fixa-se o prazo de 3 (três) dias.

7 Caso sejam identificadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário, nos termos dos números anteriores, ser-lhe-á concedido um prazo adicional de 3 (três) dias úteis para suprimimento das mesmas, nos termos do n.º 3 do artigo 86.º do CCP.

8 Os documentos indicados nas alíneas a), c), d) e e) do n.º 1 devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

9 Nos casos em que o certificado digital não permita associar o assinante à sua função e poder de representação, deverá o adjudicatário submeter um documento oficial comprovativo dos respetivos poderes de representação e assinatura, nos termos do n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

10 Poderão ainda ser solicitados aos adjudicatários quaisquer outros documentos ou certidões legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato, sendo fixado um prazo para o efeito.

11 No que respeita aos documentos referidos nas alíneas d) e e) do n.º 1, considera-se confidencial a informação relativa aos dados pessoais, nos termos da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro.

SECÇÃO V — ACORDO-QUADRO

Artigo 27.º — Minuta do Acordo-Quadro

1 A par da comunicação da adjudicação, será remetida ao adjudicatário, através da plataforma eletrónica, a minuta do acordo-quadro para efeitos de aceitação.

2 A minuta considera-se tacitamente aceite se, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a sua disponibilização, não for apresentada qualquer reclamação formal.

Artigo 28.º — Reclamações sobre a Minuta

1 São admissíveis reclamações contra a minuta do contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 102.º do CCP, quando da mesma constem obrigações não incluídas na proposta adjudicada ou nos documentos que serviram de base ao concurso.

2 Em caso de apresentação de reclamação, a CIMT comunicará ao reclamante a decisão sobre a mesma no prazo de 10 (dez) dias, considerando-se a reclamação indeferida caso não haja resposta dentro desse prazo.

3 Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante que tenham sido recusados pelo adjudicatário não integram o contrato a celebrar.

4 Os ajustamentos ao contrato aceites pelo adjudicatário deverão ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 29.º — Celebração do Acordo-Quadro

1 O contrato de acordo-quadro deve ser celebrado por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da minuta ou, consoante o caso, da data em que o adjudicatário tenha tomado conhecimento da decisão sobre eventual reclamação apresentada contra a mesma, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 104.º do CCP.

2 A CIMT comunicará aos concorrentes selecionados, com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local da celebração do acordo-quadro, podendo o contrato ser assinado eletronicamente, mediante assinatura eletrónica qualificada do adjudicatário e da entidade adjudicante, caso tal modalidade seja determinada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMT.

3 Caso o Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMT opte pela assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato assinado é de 3 (três) dias.

Artigo 30.º — Não de Outorga do Contrato

1 A adjudicação caduca se, por facto imputável ao adjudicatário, este não comparecer na data, hora e local designados para a outorga do contrato, ou não proceder à assinatura eletrónica no prazo fixado. A adjudicação caduca igualmente quando o adjudicatário for um agrupamento e os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP.

2 Nos casos previstos no número anterior, o Conselho Intermunicipal da CIMT deverá adjudicar a proposta ordenada em lugar imediatamente subsequente, nos termos legalmente aplicáveis.

SECÇÃO VI — CAUÇÃO

Artigo 31.º — Caução para Garantia do Cumprimento de Obrigações

1 Não haverá lugar à prestação de caução no âmbito da adjudicação resultante do presente procedimento para a celebração do acordo-quadro.

2 Contudo, nos procedimentos de aquisição realizados pelas entidades adquirentes ao abrigo do acordo-quadro, poderá haver lugar à prestação de caução, nos termos previstos no Caderno de Encargos e no artigo 254.º do CCP, sempre que tal seja expressamente exigido pelas entidades abrangidas pela CC-CIMT.

3 Sempre que aplicável, o adjudicatário deverá prestar caução relativamente a cada um dos lotes, no valor fixado pelas entidades adquirentes em sede de convite, até ao limite máximo de 5% do preço contratual respetivo, sendo igualmente aplicável o disposto nos artigos 90.º e 91.º do CCP.

4 Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas nos contratos de aquisição celebrados ao abrigo do acordo-quadro, o adjudicatário fica ainda obrigado a prestar caução sempre que o preço contratual dos referidos contratos ultrapasse os 500.000,00€ (quinhentos mil euros).

Lista de Anexos ao Programa do Concurso

- **Anexo I** – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);
- **Anexo II** – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;
- **Anexo III** – Indicação dos Lotes a que o Concorrente se Candidata;
- **Anexo IV** – Listagem das entidades adquirentes abrangidas pela Central de Compras da CIMT;
- **Anexo V** – Declaração de Compromisso de Associação sob a forma de Consórcio Externo
- **Anexo VI** – Instrumento de mandato